ÍNDICE

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO 9

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO 13

PARTE I – LEGITIMIDADE E NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO PENAL NO DOMÍNIO ECONÓMICO 23
1. Introdução 23
2. Cenário da política criminal económica 28
   2.1. Os novos atores da política e a segurança humana – da soberania solitária à soberania solidária 28
   2.2. Direito penal económico – os desafios 41
3. Génese e desenvolvimento do direito penal económico 44
4. Direito penal económico: é legítimo? É necessário? 50
5. Fundamento e sentido da aplicação de penas de prisão e de multa às pessoas singulares 60
   5.1. As penas de prisão e de multa 62
   5.2. As penas de substituição: o exemplo da suspensão da execução da pena de prisão no direito penal fiscal 73

PARTE II – A AUTORREGULAÇÃO REGULADA. *CORPORATE GOVERNANCE* E *COMPLIANCE* 83
1. Introdução 83
2. *Corporate Governance* 89
3. Programas de *compliance* 97

4. Programas de *compliance* e Direito Penal 108
4.1. *Compliance* e responsabilidade penal das pessoas coletivas (eficácia e os modelos de responsabilidade penal) 110
4.2. *Compliance* e responsabilidade penal de administradores, administradores de *compliance* e empregados (eficácia e a estratégia de *compliance*) 116
4.3. Controlo internacional da atividade empresarial transnacional 123

PARTE III – EUROPEIZAÇÃO DO DIREITO PENAL ECONÓMICO 131
1. Introdução 131
2. O abuso de mercado 138
2.1. O caminho da intervenção penal europeia 138
2.2. O critério da necessidade da intervenção penal europeia 144
2.3. A criminalização do abuso de mercado ao nível europeu 153
3. O branqueamento 159
3.1. O quadro internacional e da União Europeia de prevenção e punição do branqueamento 160
3.2. Sentido político-criminal da criminalização do branqueamento ao nível internacional e europeu – evolução e interesses protegidos 169
3.3. Uma harmonização penal *fraca*: direito português, da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e brasileiro 183
3.4. O sistema de prevenção do branqueamento no direito português (a Lei nº 83/2017, de 18 de Agosto) 190
3.4.1. Programas de *compliance* e administrador de *compliance* (*CCO*) 192
3.4.2. Deveres de *compliance* 195
3.4.3. O risco e a suspeita de branqueamento 201

BIBLIOGRAFIA 209